

## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 1021/2011

**Autor(a):** Deputado IZALCI

**Destinatário(a):** PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**Assunto:** Solicita informações sobre convênio realizado com a “Pasta”.

**Despacho:** Preliminarmente, observa-se que o presente requerimento de informação não encontra respaldo na Constituição Federal, mais especificamente em seu art. 50, §2º. O dispositivo constitucional citado não deixa dúvidas quanto à impossibilidade de envio de requerimento de informação diretamente à Presidente da República, vez que formalmente declara: “As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a **Ministros de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República**”.

**Parecer** Pelo exposto, com base no art. 50, *caput* e §2º, da Constituição Federal c/c art. 116, IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o nosso parecer é pela **rejeição por vício de inconstitucionalidade** do Requerimento em exame.

Primeira-Vice-Presidência, em        /        / 2011.

**Deputada ROSE DE FREITAS**  
**Primeira-Vice-Presidente**  
**Relatora**